

# 35 Prevista mais austeridade monetária



Flávio Bacelar/AE — 28/7/88

*Pastore acha que política de Maílson não deu resultados*



Luis Gevaerd/AE

*Adroaldo: contra redutor*



Claudiné Petrolí/AE — 3/12/88

*Rizieri: a arma dos juros*

Ainda é cedo para saber se a alta de juros provocada ontem pelo Banco Central é derivada de uma política monetária mais repressiva. Para o economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, o excesso de liquidez continua grande e a política do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, não tem demonstrado resultados. Talvez tenha sido esse, em sua opinião, o motivo da elevação dos juros.

Pastore participou ontem do seminário "A Nova Política Industrial", promovido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e voltou a defender maior austeridade na política monetária e fiscal. Com isso, afirmou, talvez seja possível uma desindexação parcial da economia.

Para o professor Juarez Rizieri, coordenador da Fipe, a alta dos juros não tem ligação com a inflação de julho. Ele acredita que possa ser uma primeira tentativa do governo utilizar os instrumentos de política monetária para reduzir a liquidez do mercado e controlar a explosão do dólar no paralelo. Rizieri disse que a tendência futura da inflação é de um ritmo menos acelerado, mas condena a utilização de um redutor, instrumento que só poderia ser eficiente se os índices fossem decrescentes. Já o professor Adroaldo Moura da Silva, ex-vice-presidente de Área Externa do Banco do Brasil, previu resultados desastrosos caso o redutor seja aplicado. Especialmente sobre a poupança, que sofreria um saque maciço, exacerbando a demanda, estimulando a formação de estoques e agravando a especulação com o dólar paralelo. Para ele, o caminho é elevar a arrecadação tributária e reorganizar economicamente o Estado.

## LIBERAÇÃO DO CÂMBIO

Outro problema que ele prognosticou com a adoção do redutor foi com relação à política cambial, já que alguns setores estão encontrando dificuldades muito grandes em função da defasagem do câmbio. Segundo o presidente da Cotia Trading, Roberto Fonseca, o governo deve iniciar imediatamente uma liberalização gradual do câmbio, para que dentro de dois ou três anos, o setor privado trabalhe com taxas reais de

mercado. Ao mesmo tempo, poderia manter uma taxa fixada pelo Banco Central, para pagamento de sua dívida financeira, que também seria gradualmente equiparada à de mercado.

Pastore concorda que alguma coisa deve ser feita com relação ao problema, mas critica a liberação do câmbio, porque, se a taxa for livre hoje, "a balança comercial será zerada e o governo não terá meios de fazer suas reservas". Mesmo admitindo uma liberação gradual, Pastore insistiu que não é possível discutir uma política dissociada do todo. "Pode-se indicar vários caminhos de política cambial. Todos funcionariam, dependendo de como o governo atue sobre as outras áreas de política econômica."

O empresário José Roberto Mendonça de Barros, do Conselho de Economia da Fiesp, pensa como Pastore e lembrou que em algum momento do futuro próximo, também o instrumento de elevação das taxas de juros, agora utilizado, será esgotado, em função do descontrole do déficit público. De acordo com o economista Carlos Alberto Longo, um dos caminhos mais importantes a ser seguido para reduzir a inflação é o da mudança do padrão monetário, acompanhado de um pacto através do qual o governo garantiria o nível de salário aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que manteria o controle sobre o déficit público e a expansão monetária. Dois itens que, aliás, em sua opinião já estão controlados.

## CHOQUE

Comentários ouvidos ontem, no Rio, mostravam uma forte expectativa de que no dia 15 de agosto o governo aplicaria um novo choque na economia, apesar das muitas negativas das autoridades da área econômica. A coerência das informações sobre esse possível choque era justificada com os seguintes argumentos: a inflação de 24,04% superou o nível de quando o governo determinou o segundo choque, no ano passado; e em setembro deve ser promulgada a nova Constituição, que vai tirar do governo a possibilidade de decidir tudo através de decretos-lei — e isso acabaria com as chances de medidas drásticas após a promulgação da nova Constituição.